

# Capitalismo de Estado e capitalismo sem risco no Brasil

Recebido para publicação em 2/12/1981

JOSÉ CARLOS PEREIRA

**ABSTRACT.** *State capitalism and capitalism without risk in Brazil.* It is only possible to understand current capitalism in Brazil when we take into consideration the intervention of the State in economic affairs in such a large degree that we may assume we have a State capitalism. Such intervention has been determined by the constant crises and contradictions in our actual capitalism which is too dependent on our relationship with abroad. In spite of, sometimes, the State projects depart momentarily from the domineering classes conscience of the situation (as in the populist period), it is accepted that the state projects fulfill those classes interests. This is what would have certainly occurred with the regime established after 1964. Recently criticisms from a part of entrepreneurship against increasing state intervention are bulking and several interpretations for those criticisms have been discussed. State ways of action considered both as correct and incorrect by bourgeoisie have been debated, being admitted that a capitalism apparently wished for by that bourgeoisie should be a capitalism "without risk" in which gains should be private and losses socialized. But again it is thought that these criticisms basically indicate that a new impasse between the government actions and the concept of the part of domineering classes is started again. The author accepts that a change must be taking place in the previous system of alliance and that the reorganizing of this system will certainly cause a loss of power by technobureaucracy and the probable gain in prestige by national bourgeoisie. Anyway it is supposed that the state action will be deeply affected both by development of the democratizing process and the conquest of government power by political oppositions.

**RESUMO.** Só é possível entender o capitalismo vigente no Brasil se levamos em conta a intervenção do Estado na economia, tão acentuada que podemos dizer que temos um capitalismo de Estado. Esta intervenção foi determinada pelas constantes crises e contradições do capitalismo concretamente existente entre nós, muito dependente das relações com o exterior. Apesar de, às vezes, os projetos estatais se desvincularem, momentaneamente, da consciência que da situação tenham as classes dominantes (como no período populista), aceita-se que, geralmente, estes projetos estão próximos aos interesses dessas classes. Isto é o que certamente teria ocorrido com o regime instaurado depois de 1964. Como, recentemente, têm-se avolumado as críticas de parcelas do empresariado contra essa intervenção crescente do Estado, são debatidas várias interpretações para essas críticas. São discutidas as formas de atuação do Estado normalmente consideradas tanto corretas como incorretas pela burguesia, admitindo-se que o capitalismo aparentemente desejado por ela seja um capitalismo "sem risco", em que os lucros seriam privatizados e os prejuízos socializados. Mas, fundamentalmente, julga-se que essas críticas indicam que começou a surgir um novo descompasso entre a ação dos governantes e a visão de parcelas das classes dominantes. Admite-se que esteja havendo uma mudança no sistema de alianças anterior e que o rearranjo desse sistema certamente provocará uma perda de poder para a tecnoburocracia e um provável ganho de prestígio por parte da burguesia nacional. De qualquer forma, supõe-se que serão inevitáveis profundas repercussões na atuação estatal com o aprofundamento da abertura política e a conquista do poder governamental, por parte das oposições políticas.

O capitalismo de Estado parece constituir-se num estágio, por assim dizer, na evolução do modo de produção capitalista. Ele se caracteriza pela maior intervenção do Estado na economia, não apenas no sentido de regulamentá-la, mas no de transformar esse Estado num empresário, possuidor de empresas econômicas produtoras de bens e serviços para o mercado e geradoras de lucro. Esta fase é vista, normalmente, como decorrência das próprias contradições geradas pelo regime em sua evolução.

Um dos problemas criados por essa intervenção é que o Estado, através dela, passa a dispor de um poder político acrescido daquele proporcionado pela exploração econômica direta (9).

No caso brasileiro especificamente, é indispensável, para se compreender o tipo de capitalismo vigente há várias décadas, ter em conta a ação estatal, tanto sob o prisma de crescente participação direta na economia, como através da tendência histórica de adoção de uma política econômica planificada. Essa interven-

ção foi-se acentuando em face das contínuas crises do sistema econômico, sobretudo quando decorrentes de relações com o exterior. Tais crises levaram o Estado brasileiro ao desempenho de papéis cada vez mais ativos e complexos na economia (7: 301-303).

Em consequência, entre nós, o capitalismo de Estado adquiriu algumas especificidades. Inclusive, nossa burguesia industrial deve muito de sua expansão à própria intervenção estatal. Antes, a Primeira República se caracterizava por uma dose de apoio à iniciativa privada que se poderia acoimar de indecente, especialmente em relação à manutenção dos lucros proporcionados pela cafeicultura. Depois da crise desta, a partir de 30, a intervenção expandiu-se ainda mais. O Estado brasileiro interveio diretamente em muitos setores econômicos (energético, siderúrgico, serviços públicos etc.), dada a fraqueza da burguesia industrial, então praticamente nascente fora das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A aceleração da industrialização e a expansão do processo de urbanização fizeram com que as classes sociais urbanas adquirissem cada vez maior importância na sociedade brasileira. As mudanças sociais decorrentes, mais as crises econômicas sofridas internamente pela oligarquia cafeeira como reflexo das crises do capitalismo mundial, levaram a uma modificação do caráter da intervenção estatal. O rearranjo das relações entre as várias classes sociais propiciou o surgimento do Estado populista. Ainda que este pretendesse imprimir uma certa "racionalização" à oferta e demanda tanto de bens e serviços como da força de trabalho, favorecendo o processo de reprodução ampliada do capital (8), houve uma resistência crescente da burguesia a esse tipo de intervenção. O Estado populista ultrapassara a consciência que da situação tinham as classes dominantes.

Este descompasso, entretanto, não perduraria. O que ocorreu foi um transitório ultrapassamento, pelo Estado populista, daquela consciência, já que, de modo geral, governantes e facções dominantes da burguesia caminham próximos, refletindo aqueles, em sua atuação, a consciência destas. Conseqüentemente, os projetos estatais raramente pretendem subverter a situação, imprimindo uma direção diferente às tendências reais de transformação do sistema, já que tal direção não seria aceita. Foi apenas "num momento de instabilidade e crise do poder político", como notou O. Ianni, "que se enfraqueceram ou mesmo se romperam mo-

mentaneamente as vinculações do Estado com os grupos dominantes da burguesia" (6: 25).

Mas, vez por outra, mesmo quando os projetos estatais parecem próximos aos interesses de segmentos mais influentes da burguesia, surgem críticas à intervenção estatal na economia, mormente por parte do empresariado industrial. A partir do final da década passada, elas se aguçaram. Esse aguçamento é relativo, pois tais críticas são feitas de modo a que não haja rompimento da classe com o governo, nem rachaduras internas de alguma expressão, embora seja ingenuidade supor pontos de vista e interesses plenamente homogêneos entre os detentores dos meios de produção. Não há uma unanimidade de crítica porque a maioria do empresariado é, de fato, favorável a um determinado tipo de intervenção estatal, ou seja, aquela que facilite, garanta ou mantenha a lucratividade de seus empreendimentos. Inclusive, certas frações do empresariado veriam com bons olhos uma intervenção do Estado para melhorar a distribuição da renda, desde que essa distribuição pudesse beneficiá-las.

É bem verdade que as forças sociais responsáveis pelo regime instaurado em 1964 se mostravam, antes de alcançar o poder, contrárias a uma participação maior do Estado na atividade econômica. Inclusive, ao defender e justificar a deflagração do movimento que destituiu Goulart, elas acusavam o governo deste de estar pondo em prática uma política econômica excessivamente estatizante. No entanto, alcançado o poder e alterado o contexto no qual operavam essas forças, com a transferência do eixo hegemônico tanto no sistema de poder como no produtivo, a atuação estatal adquiriu novo significado. O modelo posto em prática no novo contexto, embora optasse pela dependência e internacionalização do mercado interno, procurou dinamizar a economia com base em investimentos não só do capitalismo internacional como estatais (3).

A opção, feita inquestionavelmente, permitiu a dinamização da economia. Contudo, com a alteração substancial das condições tanto internas como externas, óbices cada vez maiores foram enfrentados, tornando difícil a manutenção do dinamismo anterior. O capitalismo, a nível mundial, entrou numa de suas crises cíclicas. Internamente, chegamos a uma situação em que se foi tornando política e economicamente inviável não só continuar elevando, como até mesmo sustentar, o poder de compra de camadas de renda média e alta, sobre o qual tem-se alicerçado o desenvolvimento industrial

brasileiro, sobretudo o mais recente. As crescentes dificuldades sociais, políticas e econômicas fizeram com que facções crescentes da própria burguesia acabassem adotando posturas oposicionistas, pretendendo redirecionar a política econômica ou mesmo alterar o modelo econômico.

É claro que a mudança de posição exige uma justificativa ideológica. No caso da presença direta ou indireta no Estado na economia, os contrariados por ela num determinado momento tendem, naturalmente, a insistir na postura teórica de que o mercado é capaz de produzir o crescimento econômico e o desenvolvimento social, desde que esta presença seja mínima. Ocorre que tal colocação, em países como o Brasil, torna-se menos digna de crédito do que já é em outros. De fato, reiterando, o capitalismo brasileiro se caracterizou e talvez ainda se caracterize por constituir-se de um empresariado, em boa parte, aventureiro, predatório e "político". Tanto assim que o pioneirismo de tipos bem característicos desse empresariado, como os capitães-de-indústria, baseia-se mais no espírito de aventura e de usura e capacidade de tirar proveito de facilidades oficiais do que nas virtudes burguesas típicas (como a poupança metódica e a exploração racional da força de trabalho). Tenderam sempre, igualmente, a ter como ideal de organização governamental o Estado patrimonialista, desde que devidamente manipulado. Mesmo os homens de empresa bem-sucedidos foram e são empresários voltados para a sociedade como um todo (1: 134-140). Isto é, os representantes desse empresariado, mais bem-sucedidos, freqüentemente, deveram esse sucesso mais à percepção das oportunidades abertas pelas políticas econômicas adotadas do que pela capacidade administrativa, inovadora, organizadora e racionalizadora de seus empreendimentos.

Nestes últimos tempos, igualmente, muitos dos empresários críticos da intervenção estatal têm pretendido estabelecer uma falsa associação entre menor presença do Estado na economia e maior grau de democracia no regime político. Ainda que grande parte deles aparentemente seja sincera, o argumento não leva em conta o fato de que não há estudo digno de crédito que seja capaz de apontar uma associação definida entre omissão do Estado e democracia, ou, inversamente, entre intervenção e totalitarismo. Podem ser, inclusive, fenômenos e processos interdependentes, mas seria simplismo explicar uns como decorrência de outros. Este tipo de distorção vincula-se ao ex-

cessivo economicismo que avassalou as ciências sociais, relegando a um segundo plano a referência ao quadro histórico-social (5: 135-6).

Na realidade, o que se nota é que aqueles grupos politicamente progressistas, no sentido de serem favoráveis a uma igualdade maior de direitos e oportunidades entre os homens, são normalmente favoráveis a uma intervenção estatal que proteja os cidadãos mais fracos frente às pressões dos grupos economicamente poderosos. Inversamente, os grupos politicamente conservadores pregam a não-intervenção, não só no sentido de o Estado não se imiscuir diretamente na economia, como na necessidade de os impostos, sobretudo diretos, serem diminuídos a fim de que a iniciativa individual seja estimulada. É o que ocorre, atualmente, com a administração Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, na Inglaterra. É possível que uma pesquisa aprofundada acabe mostrando alguma associação entre as variáveis mencionadas em sentido inverso à posição defendida por certos grupos empresariais. Em outras palavras, é até provável que os países que alcançaram um alto grau de desenvolvimento social, mantendo características democráticas, foram, em grande parte, aqueles em que houve e, sobretudo, esteve havendo bastante intervenção do Estado na economia.

O tipo de argumento acima mencionado pode mascarar uma crua realidade: a de que não temos, nem talvez nunca tivemos, uma economia de livre concorrência. Por mais ingênuo que seja o observador dessa realidade, ele perceberá que o sistema econômico é cada vez mais amplamente dominado pela ação de monopólios, monopsônios, oligopólios e oligopsônios, em que a divisão e reserva de mercados e preços administrados (eufemismo, freqüentemente, para preços que impeçam uma concorrência maior entre as grandes empresas) constituem a regra. É uma falta de concorrência de que se beneficiam as empresas e não os consumidores.

Exorcizar toda e qualquer intervenção do Estado na economia em nome da pureza teórica do capitalismo e dos ideais democráticos é desconhecer a história do regime de produção capitalista. A presença do Estado, em maior ou menor escala, sempre foi uma constante nessa história e o Brasil não fugiu à regra. A livre concorrência tendeu a produzir mais crises do que quando o Estado agiu visando a um equilíbrio, ainda que instável, do sistema. A única coisa que se pode dizer de concreto é que

a intervenção variou historicamente quanto ao modo e formas. Ninguém, na verdade, a não ser puristas da economia ortodoxa (como Eugênio Gudin, no Brasil), é inteiramente contrário a algum tipo de presença do Estado na atividade econômica. Tais puristas, formados dentro dos fantasiosos modelos econômicos ortodoxos, evidentemente se revoltam contra o fato. Eles e aqueles empresários contrariados em algum momento pela intervenção estatal (estes sem a mesma convicção) chegam até ao exagero de afirmar que o capitalismo brasileiro é o mais controlado pelo Estado, no mundo. O exagero é evidente, a não ser que excluamos do regime capitalista países como os escandinavos e a Grã-Bretanha, entre outros. A intervenção do Estado na economia, nesses países, é maior do que no Brasil, como, aliás, em quase toda a Europa (4).

É que com Keynes ficou estabelecido que, pelo menos nas crises de superprodução e de subconsumo, geradoras de desemprego e desestabilizadoras do regime, uma das soluções estaria na criação de déficits governamentais conseguindo-se a expansão da procura por ação do Estado. Não é sem razão que até mesmo as políticas econômicas tendentes a reduzir os salários são, por vezes, combatidas por frações do empresariado que sentem suas consequências negativas. Como, de modo geral, não há homogeneidade de interesses entre suas várias frações, o ganho de uma podendo significar a perda por parte de outra, essas políticas de contenção podem ser adequadas para alguns setores do sistema, mas, nem sempre, para todos, ao contribuírem para reduzir o consumo de bens e serviços produzidos por outros desses setores.

Se nas economias centrais do sistema capitalista as contradições deste levaram o Estado a uma posição de primeiro plano, no caso brasileiro, dada a debilidade do setor privado estritamente nacional, a intervenção se tem feito para fortalecer as relações capitalistas de produção. Mesmo com a atuação direta, caracterizadora do capitalismo de Estado, não é diminuída a capacidade de acumulação das empresas de propriedade privada. Pelo contrário. Muito freqüentemente há uma fusão de interesses, dedicando-se o Estado a desenvolver setores pelos quais o capital privado se desinteressa (grandes investimentos, demora na maturação dos mesmos, baixa lucratividade etc.), mas que são fundamentais, especialmente como fornecedores de insumos básicos, para os demais. Foi o caso da siderurgia entre nós. Por vezes, o

Estado controla seus próprios preços para manter a lucratividade das empresas privadas. Sendo assim, é necessário atentarmos bem para qual tipo de intervenção estatal está sendo criticada. Tal como as coisas se têm passado, os mais amplamente favorecidos por ela têm sido os capitalistas.

Se assim foi e continua a ser, quando facções da burguesia reclamam contra o que denominam de intervenção abusiva do Estado na economia, é porque, muitas vezes, não estão atentando para todas as facetas do problema. Em consequência, podem estar questionando apenas aquele tipo de intervenção que lhes parece desfavorável aos seus interesses. Os tipos, por exemplo, que socializam alguns de seus custos, normalmente seriam entendidos como representando o papel correto do Estado. Podem também estar buscando a alteração do sistema de alianças, uma vez que as crises e contradições decorrentes da aplicação do modelo econômico que produziu o "milagre" brasileiro já teria esgotado suas virtualidades do ponto de vista dessas facções. Possivelmente estas duas séries de razões estão operando.

No primeiro tipo de explicação poder-se-ia, inclusive, indicar algumas características da intervenção estatal que, geralmente, são consideradas negativas pelo empresariado até mesmo como um todo, contrastando-as com aquelas situações em que tal intervenção é tida como boa e necessária. Um ponto, geralmente, em relação ao qual há uma quase unanimidade diz respeito à política salarial. Os empresários, tradicionalmente, nunca reclamam contra qualquer política estatal de contenção dos salários. O inverso, contudo, já configuraria uma intervenção indevida do Estado. Este não deveria procurar diminuir de algum modo a desigualdade na distribuição das rendas, porque isto afetaria a liberdade de iniciativa. Na mesma linha, é o empresariado contrário a medidas que possam pôr em risco o poder de compra de estratos de renda alta e média-alta, uma vez que dele depende a manutenção e expansão de muitos setores industriais voltados para a produção de bens de alto valor unitário (e que são, muitas vezes, mais ou menos supérfluos). Seria igualmente incorreta, do ponto de vista do empresariado, uma intervenção que redundasse na cobrança de juros normais (ou seja, de acordo com as taxas do mercado de dinheiro) para a quase totalidade dos investimentos. Ele desejaria que os bancos e outros órgãos financiadores estatais continuassem cobrando juros negativos (abaixo dos índices inflacionários), o que só po-

de ocorrer se a diferença for paga por outros segmentos da população com menor força de pressão.

Em contrapartida a estes pontos negativos, o Estado procederia de acordo com os interesses gerais, segundo a ótica particular do empresariado, se continuasse com a política de proteção tarifária, reservando o mercado a empresas (mesmo não nacionais) que produzem internamente. O importante é que o Estado proteja os investimentos já realizados no país contra alguns tipos de competição, sendo a estrangeira uma delas. Esse empresariado não reclama também de o Estado se tornar produtor direto naqueles setores básicos mais ou menos indispensáveis para o desenvolvimento da iniciativa privada, mas que esta não tem condições de instalar, como já se disse atrás. Da mesma forma não haveria reação ao fato de o Estado funcionar, por vezes, como uma espécie de seguro contra riscos inerentes à atividade capitalista. Se, por exemplo, os preços internacionais dos produtos exportados estão em queda, que o Estado os subsidie. Sua gravosidade será paga pelos membros da sociedade não pertencentes ao grupo dos escolhidos. Particularmente os riscos inerentes à atividade agropecuária deveriam ser cobertos pelo Estado. Este haveria que intervir, igualmente, nos casos de erros de cálculo quanto a investimentos, restrições da procura de alguns produtos, falta de capital de giro etc., se bem que devamos admitir que muitos dos erros aparentemente cometidos pela iniciativa privada são frutos da própria política econômica adotada (falta de continuidade desta, incoordenação dos vários órgãos estatais etc.).

O arrolamento acima é em linhas muito gerais. Na realidade, não se consegue consenso entre o empresariado a respeito da intervenção do Estado na economia. Dificilmente suas várias frações são inteiramente a favor ou inteiramente contra essa intervenção; de modo geral elas a querem em uns casos e não em outros. Estas divergências, contudo, não têm maior profundidade filosófica, visto que elas retratam e manifestam concepções diferentes quanto aos interesses das próprias empresas, setores industriais isolados ou, no máximo, de um conjunto deles, frente ao que consideram, ao nível do discurso, a defesa pelo Estado da iniciativa privada visando ao benefício real da coletividade. As restrições à presença estatal na economia são tão *sui generis* que um regime, declaradamente imposto e mantido para proteger e favorecer a "livre empresa", pode ser combatido, em alguns pontos de sua política econômica

protecionista, pelos considerados favorecidos, enquanto a oposição política ao governo pode defender uma posição que pressione por uma atuação mais ativa do Estado.

A divergência entre os empresários, muitas vezes, se resume a que os que são "contra" o são, em grande parte, porque não estão sendo beneficiados, tanto quanto desejavam, pela iniciativa estatal. O empresariado brasileiro acostumou-se a uma proteção tal do Estado que teríamos inventado uma variante de capitalismo não mencionada pelos autores de renome mundial que estudam suas transformações: seria o *capitalismo sem risco*. Rubens B. Mattos (10) chamou essa novidade de "capitalismo sem capital" e Eduardo M. Suplicy (13) de "capitalismo subsidiado". Mas todas essas expressões significam mais ou menos a mesma coisa, ou seja, o abandono das características idealmente fundamentais do sistema capitalista de produção. Nele, o capital é resultante da apropriação direta do sobreproduto por parte do agente econômico capitalista, sendo função social deste capitalizá-lo. O capitalismo, se bem que agente privilegiado do sistema, correria, no entanto, os riscos próprios de sua atividade. No caso vertente, parece que alguns setores empresariais gostariam de alterar tais características, o que subverteria o sistema que dizem defender.

Quais são as características dessa nova variante do capitalismo tradicional? É um capitalismo em que o Estado subsidia, protege, empresta a juros favorecidos, reserva mercados, absorve os riscos, transferindo todas essas "mazelas" para o conjunto da sociedade, que arca com as perdas, mas não com as vantagens. Estas são apropriadas pelas empresas, de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas. Rubens B. Mattos (10) caracterizou-o bem, ao enfatizar que é um capitalismo no qual o empresariado entraria meramente com a "boa vontade" e "o conhecimento teórico ou prático do empreendimento desejado", correndo o risco por conta do Estado. Os eventuais prejuízos seriam "socializados", ficando assegurados os lucros, dada a "privatização" do sistema, ao "empresariado empreendedor". É verdade que a intervenção não é nova, nem é do empresariado industrial contemporâneo, mas dos cafeicultores da República Velha. Os industriais, principalmente no caso, seguiram um modelo já estabelecido anteriormente, adaptando-o aos novos tempos. Ainda assim, trata-se de mais uma extraordinária manifestação do pensamento criador do empresariado brasileiro.

Outra explicação para as críticas que vêm sendo feitas por facções da burguesia brasileira ao papel relevante do Estado na economia diz respeito ao desejo dessas facções de alterarem o sistema anterior de alianças de classes. Essas mudanças são constantes e perfeitamente compreensíveis quando um ou mais participantes de um sistema de alianças percebem que já não há mais a ganhar nele permanecendo. Ainda em 65-66, por exemplo, as alianças de classe visualizadas pelo empresariado brasileiro, em termos de fortalecimento da indústria a longo prazo, englobavam não só a coesão das classes produtoras (eufemismo adotado no Brasil pela burguesia industrial sobretudo), como uma elevada proporção de industriais ainda entendia que da aliança poderia vir a participar o operariado, sendo que as empresas vinculadas ao exterior descartavam em sua quase totalidade essa hipótese (2). Depois, dado que a posição internacionalizante predominou, tornando-se o capitalismo brasileiro cada vez mais associado e dependente, essa possibilidade foi deixada praticamente de lado. Não que ela esteja necessariamente sendo cogitada agora, mas é certo que, em face da crise do modelo econômico adotado, modelo no qual o Estado cresceu enormemente, como produtor direto inclusive, com empresas estruturadas freqüentemente de modo a se comportarem monopolisticamente (11: 123), uma parte do empresariado pode ter sido induzida, agora, a rever suas posições e a desejar um sistema de alianças no qual o Estado teria um papel diferente a exercer.

A aliança anterior (e ainda vigente) que levou ao "milagre" articulou os interesses da burguesia agrária e industrial, Estado e capital estrangeiro. Ela foi muito mais entre as duas últimas formas do capital do que com a burguesia nacional, a qual ocupou, na aliança, uma posição secundária. A participação decisiva do Estado permitiu que se realizasse muito mais rapidamente o processo de acumulação e centralização do capital. Para isso foi preciso excluir as classes subordinadas. Enquanto for mantida a solda de interesses anterior, torna-se difícil estabelecer novas relações com elas (11: 122-124). Ora, nesta altura dos acontecimentos, é compreensível que facções da burguesia nacional se estejam antecipando ao futuro, em que, estamos supondo, o poder será conquistado por forças sociais de oposição e suficientemente restaurada a democracia. Quando isso ocorrer, o Estado terá que redirecionar seus investimentos e a política econômica como um todo. Exemplificando: o avanço da abertura

política exigirá algum combate à pobreza de largas faixas da população. Uma das soluções para o pouco crescimento da economia, a superação de pontos de estrangulamento setoriais (entre os quais o pesadíssimo serviço da dívida externa) etc., seria "redirecionar fluxo de investimentos, tendo em vista elevar rapidamente a capacidade de produzir nas áreas estranguladas e nos setores que produzem bens e serviços de uso popular" (12). Uma tal alteração da política econômica interessaria a alguns setores da burguesia nacional, embora não ao capital estrangeiro de modo geral. Em consequência, os empresários voltados para esses setores estariam revendo sua posição, desligando-se de alianças que serão incômodas.

A revisão da aliança também poderia dizer respeito à necessidade entrevista por setores empresariais de diminuir o poder da tecnoburocracia encastelada tanto diretamente no governo como na direção de empresas estatais. Com efeito, muitas das críticas dirigidas ao Estado são, na realidade, endereçadas a esse grupo social. É verdade que, tomando conhecimento dessas críticas, ficamos, por vezes, convictos de que a tecnoburocracia teria, de certa forma, usurpado o poder das classes que, numa sociedade capitalista, são suas detentoras de fato.

Sem dúvida, constituiria miopia relacionar mecanicamente poder econômico com poder político. Este, em sociedades complexas e diversificadas, se assenta em alicerces múltiplos. O econômico, no entanto, continua fundamental. Admitir o contrário seria encampar alguma teoria quanto a modificações essenciais no próprio cerne do modo de produção capitalista. Seria concordar, por exemplo, com a chamada teoria da revolução dos gerentes, segundo a qual, na fase do industrialismo avançado, em que as sociedades anônimas, em termos de capital aplicado e valor produzido, predominam amplamente sobre as empresas individuais e limitadas, o poder teria passado para os administradores. Nesta perspectiva, os tecnoburocratas constituiriam a nova classe dominante, o que, na melhor das hipóteses, é discutível.

É certo, porém, que o regime instaurado depois de 64 trouxe alguma perda de poder político para a burguesia nacional ao subordinar nossa economia ao capitalismo internacional. Isto porque o setor mais moderno e dinâmico da burguesia era o internacionalizado que, ao deslocar o setor nacional-burguês, se deixou ficar à margem da política formal (3: 68-70), permitindo (ou a isso sendo constrangido)

que a direção política passasse cada vez mais ao controle militar, que precisava da colaboração da tecnoburocracia civil. Esta, ao dirigir igualmente as empresas estatais, que cresceram em número e importância, ainda que não tendo a propriedade, passou a dispor de um poder real no contexto sócio-político-econômico nacional. É que, com este gerenciamento, a tecnoburocracia deixou de depender tanto dos proprietários dos meios de produção, ao mesmo tempo que passou a ter nas mãos uma máquina econômica extremamente poderosa. Dado o poder por ela adquirido, é compreensível que o grupo resista a uma alteração do modelo econômico e do sistema de alianças. De qualquer forma, realizando-se efetivamente a abertura política, seu poder, ainda que não original, tenderá a ser diminuído.

Isto não impede que as críticas de frações da burguesia nacional ao tecnoburocratas e à direção por eles imprimida ao Estado brasileiro possam indicar uma tomada de posição definida no sentido de rapidamente retomar o controle maior da política, em geral, e da política econômica, em particular. Essas críticas também poderiam significar que setores da burguesia teriam entendido que os tecnoburocratas já teriam cumprido as funções principais que lhes teriam sido delegadas. Sendo correta a hipótese, estaríamos no limiar de uma alteração política expressiva, pois os reais detentores do poder costumam usar mãos alheias para realizar ações socialmente malvistas e, inversamente, assumirem diretamente o controle quando elas são benquistas. Essa lição de sabedoria política é magistralmente ministrada por Maquiavel em mais de uma passagem de *O príncipe*. Ainda que o que de fato esteja ocorrendo no Brasil seja uma reação da sociedade civil à tutela a que foi submetida, não deixa de ser sintomático o apoio à mudança por parte de segmentos ponderáveis das camadas dominantes, manifestado através dessas críticas.

Em suma, o capitalismo vigente entre nós adquiriu características específicas, tanto sob a roupagem de capitalismo do Estado como em sua variante de "capitalismo sem risco", que só pode existir com o apoio do Estado. Dado que este intervém cada vez mais na economia em consequência de crises internas e externas do sistema capitalista concretamente existente no país, as atuais críticas feitas por frações da burguesia podem indicar que começou a surgir novo descompasso entre a consciência da situação tida pelas classes dominantes e pelos governantes. Diante de tal descompasso, poderia haver

uma ruptura, em que as forças sociais que ocupam o poder governamental imporiam sua visão com o auxílio das classes dominadas, introduzindo um capitalismo de Estado que constituiria como que uma transição para o socialismo. Sendo tal hipótese inteiramente descartável no caso brasileiro, já que há um grave divórcio entre governo e nação, o mais provável é que o rearranjo do sistema de alianças leve a uma mudança de modelo econômico e de política em que, certamente, a tecnoburocracia terá seus poderes diminuídos, e em que, provavelmente, o setor nacional-burguês readquirirá um certo prestígio. De qualquer forma, com a inevitável transferência da hegemonia política para as forças sociais que militam na oposição, haverá profundas repercussões na atuação estatal, que, outra vez, adquirirá novos contornos.

#### REFERÊNCIAS

1. Cardoso, Fernando H. 1964. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
2. Cardoso, F.H. 1971. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
3. Cardoso, F.H. 1972. *O modelo político brasileiro*, cap. III, de igual título. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
4. Carvalho, Gabriel J. 1977. Estado, guardião do capitalismo. *Folha de S. Paulo*, 6-11-1977.
5. Fernandes, Florestan. 1968. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, cap. 3: Crescimento econômico e instabilidade política. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
6. Ianni, Octávio. 1965. *Estado e capitalismo — estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
7. Ianni, Octávio. 1971. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
8. Ianni, Octávio. 1975. *A formação do estado populista na América Latina*, cap. XIV: Populismo e capitalismo. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
9. Martins, Carlos E. 1977. *Capitalismo de estado e modelo político brasileiro*. Rio de Janeiro, Edições do Graal Ltda.
10. Mattos, Rubens B. 1977. Capitalismo sem capital, *Folha de S. Paulo*, 13-12-1977.
11. Oliveira, Francisco de. 1977. *A economia de dependência imperfeita*, cap. 4. Rio de Janeiro, Edições do Graal.

12. Singer, Paulo. 1981. Produzir e poupar. *Folha de S. Paulo*, 22-2-1981.
13. Suplicy, Eduardo M. 1978. Capitalismo subsidiado. *Folha de S. Paulo*, 10-01-1978.

*Em nossa moderna e altamente complexa condição, organizam-se mecânicas com tal eficiência que forças produzem materiais que vão muito além da humana capacidade seletiva e assimilativa de simplificá-los em harmonia com a natureza e as necessidades humanas.*

*Rabindranath Tagore, The religion of man, Allen and Unwin: 169.*